


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 05/07/2018 16:35:36, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, _____, Escrivão Judicial I, subscrevo.

SENTENÇA

Processo nº: **1014864-90.2015.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Marilene Carneiro**
 Requerido: **Uniodonto de São José dos Campos - Cooperativa Odontológica e outros**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ana Cláudia Habice Kock**

Vistos.

Trata-se de Procedimento Comum - Indenização por Dano Material requerida por Marilene Carneiro em face de Heloisa Sorrenti Vita, João Francisco Franco Filho, Uniodonto de São José dos Campos - Cooperativa Odontológica e Uniodonto de Araraquara - Cooperativa de Trabalho Odontológico alegando, em resumo, que contratou plano odontológico com as requeridas Uniodonto de São José dos Campos e Uniodonto de Araraquara e procurou a requerida Heloisa para realização de implante dentário, ocasião em que a ré lhe informou que somente poderia fazer as próteses, encaminhando-a ao réu João Francisco para conclusão do tratamento.

Os implantes foram colocados pelo requerido João Francisco, que não indicou tratamento prévio e não deu qualquer orientação após o procedimento, e concluídos pela requerida Heloisa, que também não lhe orientou quanto aos cuidados necessários.

Ficou um ano com as próteses provisórias e, posteriormente, foram implantadas as definitivas. Três anos e meio depois, todavia, os dentes implantados perderam a fixação e houve perda óssea na região do implante. Procurou os requeridos, que não assumiram a responsabilidade, e somente culpavam um ao outro.

Desesperada, procurou outro cirurgião dentista, que lhe informou que, em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

decorrência da infecção, teria que retirar os cinco implantes sob pena de perda de todos os dentes da arcada inferior. Após a retirada e realização de novos exames, o novo dentista lhe informou que não era possível a realização de novos implantes.

Afirma que os requeridos agiram com evidente negligência, razão pela qual pretende que os réus reparem os danos materiais, com o custeio do novo tratamento, bem como indenizem os danos morais, responsabilizando-os pelos encargos da sucumbência.

A requerida Uniodonto de São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Odontológico foi citada e apresentou contestação alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva e inépcia da petição inicial. No mérito, aduz, em resumo, que custeou todo o tratamento odontológico da autora e os procedimentos realizados estão corretos e de acordo com a melhor técnica. Não comprovadas as alegações, não há dever de indenizar. Pediu a improcedência e a denúncia da lide da empresa Uniodonto de Araraquara Cooperativa de Trabalho Odontológico (fls. 96/121).

O requerido João Francisco Franco Filho foi devidamente citado e ofereceu contestação com preliminar de prescrição e inépcia da inicial. No mérito, alega, em síntese, que não houve qualquer irregularidade na dinâmica do procedimento, que se pautou na boa prática e que os danos alegados não foram comprovados. Aduz que a autora lhe procurou para realização do implante, ocasião em que foram solicitados exames de imagem. Verificada a possibilidade do tratamento, informou a requerente sobre todo o procedimento e, após a cirurgia, que se deu em 30/07/2011, a autora não compareceu ao retorno. O procedimento ocorreu bem e foi aprovado pela auditoria do convênio odontológico, não havendo dever de indenizar. Pediu a improcedência e a denúncia da lide à empresa Ace Seguradora S.A. (fls. 185/205).

A ré Heloisa Sorrenti Vita foi citada e apresentou resposta alegando, preliminarmente, ilegitimidade passiva e prescrição. No mérito, afirma, em síntese, que a responsabilidade pelos problemas que acometem a autora é da própria paciente, pois é fumante e deixou de comparecer nas consultas odontológicas. Prestou toda assistência necessária e adequada para tratamento. Requer a improcedência (fls. 282/295).

Houve réplicas (fls. 265/281, 304/321, 322/341, 400/417, 494/506).

Deferida a denúncia da lide, a seguradora foi citada e ofereceu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

resposta, reiterando os argumentos apresentados pelo requerido João Francisco em sua contestação e requerendo, em caso de procedência, que sua responsabilidade se limite aos termos do ajuste realizado com o denunciante. Pediu a improcedência (fls. 357/375).

O feito foi saneado (fls. 423/425), afastando-se as preliminares e determinando o chamamento ao processo da cooperativa Uniodonto Araraquara.

A requerida Uniodonto de Araraquara Cooperativa de Trabalho Odontológico foi citada e apresentou contestação alegando, preliminarmente, prescrição e inépcia da petição inicial. No mérito, aduz, em resumo, que os serviços e pagamentos foram autorizados pela requerida Uniodonto de São José dos Campos, não podendo ser responsabilizada. A atividade dos profissionais liberais é de meio e não de resultado e a requerente não comprovou os fatos alegados. Pediu a improcedência (fls. 435/445).

O feito foi saneado (fls. 509/510), afastando-se as preliminares e determinando a realização de perícia.

Com a juntada do laudo pericial (fls. 569/606), manifestaram-se as partes (fls. 610, 611/612, 615/620, 621/623, 624/625 e 626/627).

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

A pretensão inicial busca a condenação dos dentistas e das cooperativas administradoras do plano odontológico pela indenização por danos materiais e morais amparada na alegação de negligência por parte dos profissionais.

Segundo as alegações da autora, foi submetida a implante dentário, com resultados totalmente insatisfatórios decorrentes da negligências dos dentistas.

Entretanto, forçoso reconhecer a improcedência do pedido.

O laudo pericial indica que os dentistas-requeridos executaram corretamente os procedimentos odontológicos (fls. 580).

É certo que o cirurgião dentista pode interferir no resultado da cirurgia, em razão do uso da técnica cirúrgica e dos medicamentos. Ocorre que, no caso em concreto, segundo o laudo pericial, os réus utilizaram as técnicas adequadas.

Por fim, a *expert* menciona que a autora poderá realizar novamente o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

procedimento, mesmo com as complicações ocorridas (fls. 583).

A autora, após a realização da perícia, impugna o laudo e aduz que a profissional agiu com certa parcialidade. Somente agora, com o resultado desfavorável, insurgiu-se contra a nomeação da perita. Assim, não havendo fundadas razões para desacreditar o trabalho pericial, desnecessária a realização de nova perícia.

O dentista tem a obrigação de fazer o que está ao seu alcance para melhora do quadro do paciente, porém, a evolução do resultado do tratamento é individual, pois cada paciente reage de forma diferente.

Para condenação do dentista a eventual erro, deve-se demonstrar que o erro foi de tal forma grosseiro que a culpa é evidente, elementos que não se encontram presentes, pois não há notícia de que os procedimentos tenham sido realizados de forma incorreta.

Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido e **EXTINTO** o processo, com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil.

Arcará a autora com o pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 para cada procurador, corrigidos a partir desta data. A cobrança desse valor está condicionada à prova de que a requerente perdeu a condição legal de necessitada, nos termos do artigo 98, §2º e §3º do CPC.

No tocante à lide secundária, julgo **EXTINTA** a ação com relação à denunciada ACE Seguradora S.A. com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Atenta ao princípio da causalidade, condeno o litisdenunciante ao pagamento das custas e despesas processuais havidas pela seguradora, bem como honorários advocatícios que arbitro em R\$ 1.000,00, corrigidos a partir desta data.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 26 de julho de 2018.

ANA CLÁUDIA HABICE KOCK

Juíza de Direito

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

DATA

Em **26 de julho de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, _____, Escrevente, escrevi.